

galáxia

Galáxia (São Paulo)

ISSN: 1982-2553

Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e
Semiótica - PUC-SP

Quesada Tavares, Camilla; Recuero, Raquel
Toxicidade e violência discursiva contra deputadas federais no Twitter1
Galáxia (São Paulo), vol. 48, núm. 1, e62122, 2023
Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica - PUC-SP

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202362122>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399674920026>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Toxicidade e violência discursiva contra deputadas federais no Twitter¹

Camilla Quesada Tavares^I

<https://orcid.org/0000-0001-5490-6850>

Raquel Recuero^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-7417-9782>

I - Universidade Federal do Maranhão Imperatriz (MA). Brasil.

II - Universidade Federal de Pelotas Pelotas (RS). Brasil.

Resumo: O artigo discute como as plataformas de mídia social contribuem para a legitimação e o espalhamento do que chamamos de discursos tóxicos, particularmente no que diz respeito à violência de gênero contra mulheres na política brasileira. Nossa pesquisa busca compreender: (1) quais discursos emergem tendo como alvo as deputadas federais brasileiras (com mandatos entre 2019 e 2022) e seus possíveis efeitos; e (2) se há diferenças entre discursos tóxicos dirigidos às deputadas nos diferentes lados do espectro político-partidário. Para isso, analisamos 500 mil *tweets* publicados em junho de 2022 que mencionavam diretamente as deputadas no exercício do último mandato. Por meio de uma análise quali-quantitativa, identificamos duas grandes categorias de discursos tóxicos: um relacionado exclusivamente à figura da mulher, ou seja, à violência de gênero, e outro em relação ao grupo político do qual faz parte, ou seja, ataques de cunho político-partidário.

Palavras-chave: violência discursiva; toxicidade; deputadas federais; Twitter.

1 Este trabalho é fruto de projetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Processos 310780/2022-5, 405965/2021-4, 302489/2022-3 e 406504/2022-9; e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Finance Code: 001.

Abstract: Toxicity and discursive violence against women federal deputies on Twitter

The paper discusses how social media platforms have acted to legitimize and spread rather than manipulate toxic discourses, particularly with regard to gender-based violence against women in Brazilian politics. Our research seeks to understand: (1) which discourses emerge targeting Brazilian federal deputies (with mandates between 2019 and 2022) and their possible effects; and (2) whether there is a difference between toxic speeches directed to women deputies on different sides of the political party spectrum. To this end, we have analyzed 500,000 tweets published in June 2022 that directly mentioned female deputies in their last term. Through a qualitative-quantitative analysis, we identified two large categories of toxic discourses: one related exclusively to the figure of women, i.e., gender-based violence, and the other relation to the political group of which those women are part, that is, party-political nature attacks.

Keywords: discursive violence; toxicity; federal deputies; Twitter.

Introdução

Os entraves que as mulheres enfrentam na arena política já são conhecidos e estão consolidados na literatura. As dificuldades de disputar um espaço num ambiente que é tradicionalmente masculino se manifestam tanto do ponto de vista institucional (ARAÚJO, ALVES, 2007; SPOHR *et alii*, 2016; SCHEIDWEILER, OLIVEIRA, SOUSA, 2023) quanto social (MIGUEL *apud* BIROLI, 2014; BEARD, 2018; SCHABBACH, 2020). Um exemplo recente é o de Áurea Carolina, vereadora mais votada de Belo Horizonte em 2016, que depois se elegeu como deputada federal em 2018, mas desistiu de disputar a reeleição em 2022. Entre os motivos expostos pela ex-parlamentar do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) estão as dificuldades enfrentadas pela mulher nos espaços institucionais de poder, aliadas às articulações políticas que o cargo demanda².

Mas, além dos obstáculos já conhecidos, há outros particularmente criados pelos contextos das plataformas de mídia social. Nesses espaços, as mulheres que ocupam ou são aspirantes a algum tipo de cargo público, por exemplo, têm sido mais fortemente atacadas e com efeitos mais concretos em sua vida política. Outro exemplo é a desistência da candidatura ao Senado de Manuela D'Ávila, ex-deputada federal do Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), que apontou os ataques que vem sofrendo

2 O relato completo pode ser encontrado em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/acabou-o-mandato-e-comemorei-como-galvao-bueno-na-copa-de-94/>>. Acesso em: 12 set. 2023.

nos últimos anos como um dos motivos que levou à decisão³. De acordo com o monitoramento realizado pelo projeto MonitorA (2021), D'Ávila foi alvo de 90% dos ataques gerais realizados em novembro de 2020, durante a campanha eleitoral para as prefeituras, apesar dos discursos violentos não se restringirem apenas ao período. Outro relatório, o de violência política contra a mulher (FERREIRA, RODRIGUES, CUNHA, 2021), aponta um crescimento da violência política mediada nessas plataformas a candidatas tanto da direita quanto da esquerda. Monitoramentos mais recentes observaram que deputadas e senadoras da esquerda tendem a ser duas vezes mais atacadas nas redes sociais do que as da direita (SABBATINI *et alii*, 2023). Talíria Petrone (PSOL), Dayane Pimentel (UNIÃO) e Jandira Feghali (PCdoB) foram as parlamentares mais atacadas, segundo dados do relatório de Sabbatini *et alii* (2023). Assim, a mídia social tem se mostrado um espaço propício para a disseminação desse tipo de discurso.

A violência política de gênero construída pelos discursos nessas redes sociais representa ainda mais um obstáculo que elas têm que enfrentar, o que pode, inclusive, desestimulá-las a seguir na disputa política — como visto no caso de Manuela D'Ávila e Áurea Carolina. Essa violência política de gênero, definida pela legislação como aquela que constitui “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher” (LEI 14192/2021)⁴ contra candidatas e mulheres na política, tem o potencial de reduzir a participação e a presença dessas pessoas em cargos públicos. Portanto, compreendemos a existência de uma violência política de gênero que se manifesta de diferentes formas, e tem características particulares, a depender do contexto e do ambiente em que é disseminada. Assim, vemos que o fenômeno tem implicações diretas no ambiente político e os casos monitorados demonstram que o problema é estrutural.

Diferentemente de outras perspectivas teórico-analíticas, consideramos que os ataques e xingamentos explícitos são partes do problema, mas não representam sua totalidade. Ou seja, entendemos que essas estruturas correspondem a manifestações da violência política de gênero, mas argumentamos

3 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/manuela-davila-diz-que-deixa-eleicao-por-rotina-de-ataques-e-desuniao-da-esquerda.shtml>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

4 Ainda que na academia o conceito de violência política de gênero não seja unânime, tampouco tenha apenas uma denominação, partimos, neste trabalho, da definição contida na lei. Também reconhecemos os limites de tal definição, uma vez que contempla apenas a categoria mulher. No entanto, neste trabalho optamos por analisar apenas a violência destinada às mulheres candidatas, não considerando outras categorias de gênero, tampouco questões interseccionais.

que existe, também, um aspecto discursivo ainda pouco explorado pela literatura. Há uma dimensão de modos de reprodução da dominação, por meio de apelidos e termos derogatórios, por exemplo, que conformam um espaço permeado por uma toxicidade evidente devido à sua rápida legitimação e reprodução. Deste modo, argumenta-se que há uma disseminação de discursos denominados tóxicos (TIRRELL, 2017; WULCZYN, THAIN, DIXON, 2017) na mídia social, um fenômeno mais amplo do que apenas agressões e violência explicitamente difundidas. Entendemos, neste trabalho, o discurso tóxico como aquele discurso violento que é produzido *nas* e espalhado *pelos* plataformas de mídia social, dependentes, neste sentido, da infraestrutura técnica dessas plataformas (POELL, NIEBORG, VAN DJICK, 2019).

Assim, este trabalho foca em analisar como as plataformas de mídia social contribuem para a legitimação e o espalhamento do que consideramos discursos tóxicos, particularmente no que diz respeito à violência de gênero contra mulheres na política brasileira. Nosso pesquisa busca compreender: (1) quais discursos emergem tendo como alvo as deputadas federais brasileiras (com mandatos entre 2019 e 2022) e seus possíveis efeitos; e (2) se há diferenças entre discursos tóxicos dirigidos às deputadas nos diferentes lados do espectro político-partidário. Como estudo de caso, escolhemos a plataforma Twitter, pois ela tem aspectos mais públicos e conversacionais, como a ilusão de proximidade com as legisladoras, o que poderia oferecer mais elementos para nossa análise. Além disso, o Twitter foi a rede social que mais apresentou conteúdo violento direcionado às parlamentares brasileiras no último mandato (SABBATINI *et alii*, 2023). Para atingir os objetivos propostos, realizamos uma coleta de 500 mil *tweets* que mencionavam diretamente as deputadas no exercício do último mandato, no período de um mês, em junho de 2022. Esses dados foram posteriormente analisados com base em uma perspectiva de métodos mistos, conforme explicitado na seção de métodos.

O texto segue dividido em seis partes: nos próximos tópicos, discutimos os conceitos teóricos que embasam o trabalho, sobretudo no que diz respeito a toxicidade, discurso, redes sociais e relações de gênero na política. Na quinta seção, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa e, na sequência, os resultados da análise. Por fim, tem-se as conclusões.

Discurso, violência e toxicidade

A violência discursiva é um conceito que tem sido explorado por muitos autores. De modo geral, a noção de violência da linguagem é explicitada por

autores como Bourdieu (1991) como aquela conectada com o poder simbólico. O poder simbólico é estruturado por meio de sistemas simbólicos (como religião, linguagem, arte etc.) que sustentam os sistemas de dominação constituindo-se como sistemas de conhecimento sobre as coisas. Os sistemas simbólicos, assim, legitimam e constituem relações de dominação de classes na sociedade por meio de relações de violência que Bourdieu (1991) chama de simbólica. Neste âmbito, o discurso é parte do processo de dominação, naturalizando relações de poder constituídas, inclusive, de violência de gênero. Assim, o discurso é também constituído e constituidor das relações de poder existentes na nossa sociedade.

Nesta proposta, a violência do discurso assume muitas facetas, como discurso de ódio ou incivilidade tanto na literatura nacional (ROSSINI, 2019; SPONHOLZ, 2020; SILVA, FRANCISCO, SAMPAIO, 2021) quanto na internacional (CALVERT, 1997; OMILUSI, 2017; PAZ, MONTERO-DÍAZ, MORENO-DELGADO, 2020; CASTAÑO-PULGARÍN *et alii*, 2021). Neste texto, exploramos o conceito de toxicidade para qualificar esses discursos, uma vez que xingamentos, termos derogatórios e apelidos constituem-se modos de reprodução da dominação e a prática discursiva (TIRRELL, 2017), porém não trazem uma dimensão essencial da violência discursiva nas plataformas de mídia social, que é o espalhamento e o contágio de outros discursos. É neste âmbito que pretendemos explorar a noção de toxicidade como um elemento essencial desses discursos, que lhes confere a capacidade de impactar de modo muito mais profundo a participação política.

Na literatura, o conceito de toxicidade é fluido e seu entendimento varia de acordo com a perspectiva dos pesquisadores, não havendo um consenso sobre o seu significado. Aroyo *et alii* (2019, p. 1 – tradução nossa) definem toxicidade como “um termo comum usado para definir interações *online* negativas em espaços como Twitter, Wikipedia e Google”. Para Wulczyn, Thain e Dixon (2017), o que se caracteriza como *discurso tóxico* seriam mensagens rudes, desrespeitosas e/ou comentários irracionais que provavelmente fariam uma pessoa abandonar uma discussão. Pavlopoulos *et alii* (2020) consideram o termo um guarda-chuva, que abriga subtipos de linguagens agressivas.

Os autores observaram que há vários termos para se referir a diferentes tipos de linguagem tóxica, como *ofensivo*, *abusivo* ou *ódio*. Há também taxonomias para esses fenômenos com base na transparência da violência (se ela é explícita/implícita no discurso) e seu alvo (comentário geral ou direcionado

a um indivíduo/grupo), bem como o contexto discursivo daquela violência (PAVLOPOULOS *et alii*, 2020). Embora a maioria dos trabalhos que encontramos não aborde a toxicidade em geral, tratando apenas de subtipos específicos, a toxicidade e seus subtipos estão fortemente relacionados. Por exemplo, enquanto os discursos de ódio se inclinam para a concepção de *palavras que ferem*, o discurso tóxico congrega uma categoria especial de calúnias ainda mais poderosas, que fazem parte dos sistemas de opressão em que estão inseridas; sua toxicidade cria e reforça os danos tanto para os alvos quanto para as comunidades (TIRRELL, 2017).

Nessa perspectiva, o discurso é entendido como prática social que evidencia relações de poder (FOUCAULT, 1996; FISCHER, 2001). Isso porque a toxicidade do discurso pode ser manifestada por meio da produção de sentidos decorrentes da união de determinadas palavras e termos, aliados ao contexto político, social e histórico, mesmo quando desprovido de insultos e/ou xingamentos. A toxicidade assemelha-se a um veneno que contamina o ato discursivo, que destaca os mecanismos pelos quais os atos de fala e as práticas discursivas podem causar danos (TIRRELL, 2017), caracterizando-se como um fenômeno mais amplo, que congrega outros tipos de violência — sejam elas explícitas ou não (PAVLOPOULOS *et alii*, 2020). Assim, vemos a dimensão do espalhamento e do contágio como dimensões necessárias para o estudo da violência discursiva nas plataformas da mídia social. Consideramos, portanto, essa chave analítica como a mais adequada para investigar o presente fenômeno, apesar de reconhecermos que é necessário um esforço teórico maior para conceituar e diferenciar o discurso tóxico dos outros tipos existentes.

O discurso tóxico, assim, faz parte do uso da linguagem como arma de violência simbólica, e sua legitimação está diretamente relacionada com a construção simbólica de mecanismos de dominação. Trata-se, assim, de um modo de naturalização das relações de poder estabelecidas nesses discursos (BOURDIEU, 1991). Deste modo, a toxicidade refere-se a um tipo de discurso dissipado por meio de uma linguagem que tem termos e sentidos violentos, cujo objetivo é desqualificar alguém ou algo, mas com a característica específica de contaminar a discussão e os sentidos que emergem desses atos discursivos violentos. Uma característica diferencial da toxicidade é o efeito na circulação e legitimação de mensagens violentas, que faz com que esses discursos sejam rapidamente percebidos como majoritários e dominantes na esfera pública, e sua rápida legitimação nesses espaços. Ou seja, não são apenas xingamentos isolados, mas um conjunto de atos discursivos, com

linguagem violenta, que se espalha e se torna dominante nas plataformas de mídia social. Como mencionado, a própria estrutura das plataformas privilegia esse tipo de manifestação discursiva, como abordaremos com mais detalhes no próximo tópico. Além disso, a repetição dessa violência tóxica é capaz de silenciar e afastar essas mulheres de seu espaço político.

Plataformização e toxicidade

Neste trabalho, partimos da perspectiva de que a toxicidade é um veneno que contamina as discussões. Portanto, encontra terreno fértil para disseminação em páginas da *internet*, sobretudo nas redes sociais *online*, uma vez que a estrutura das plataformas contribui para o espalhamento desse tipo de conteúdo (BOYD, 2010). A noção de plataforma é debatida em cima da ideia de sistemas conectados e centralizados, tanto na infraestrutura de dados quanto na arquitetura (D'ANDREA, 2020; VAN DIJCK, 2013), com monopólio da esfera pública digital, que também serve à manutenção de estruturas de poder e de capital. A infraestrutura das plataformas também está relacionada com a apropriação das lógicas de circulação de informações na sociedade e da capitalização dessa circulação. Ou seja, as plataformas fornecem estruturas capazes de constituir o que chamamos, neste trabalho, de discurso tóxico, pois fornecem espaço para a circulação e legitimação da violência da linguagem.

Poell, Nieborg e van Dijck (2019) explicam que a criação e a rápida inserção das plataformas digitais no âmbito da sociedade proporcionam o que chamam de fenômeno da plataformização, processo pelo qual essas plataformas geram mudanças institucionais e culturais que impactam elementos como a produção discursiva. Neste âmbito, a circulação dos discursos nessas plataformas serve também às lógicas internas de visibilidade, circulação e legitimação dentro de um universo estrutural de dominação social. Assim, a circulação e a legitimação dos discursos violentos também são consequência da apropriação dos mecanismos das plataformas, de interferência na esfera pública, de silenciamento do outro. Defendemos, assim, que a dimensão tóxica do discurso violento só lhe é conferida pela plataformização.

Outro ponto relevante é que, embora algumas plataformas removam automaticamente mensagens que contêm algum tipo de agressão, ameaça, discriminação, entre outros, em seu conteúdo (FORTUNA, SOLER-COMPANY, WANNER, 2021), há mensagens violentas que não apresentam nenhum termo derogatório, como mencionamos anteriormente. Chamar uma mulher de

mal-amada ou mandar *arrumar um marido* correspondem a exemplos de violência simbólica e discursiva que não têm insultos ou xingamentos, mas, dado o contexto, podem ser consideradas mensagens violentas por conter violência de gênero psicológica (KROOKS, SANÍN, 2020)⁵.

Discursos tóxicos, assim, são particularmente relevantes em plataformas de mídia social, pois, aproveitando-se da infraestrutura técnica e suas características — como o anonimato, a facilidade de reprodução de conteúdo e mesmo a rapidez de espalhamento dessas mensagens, como aponta Boyd (2010) — são capazes de interferir diretamente na esfera pública de debate. Neste âmbito, são particularmente relevantes quando discutimos a questão do gênero e da violência de gênero nesses espaços. O humor, entre outros elementos, tem sido observado como chave para a legitimação da violência *online* (RECUERO, SOARES, 2013; VOLCAN, 2014; SABBATINI *et alii*, 2023). Por meio do humor, a violência é naturalizada rapidamente como parte da estrutura social, particularmente, em plataformas de mídia social.

Gênero, discurso e plataformas

Os entraves que as mulheres enfrentam para adentrar na arena política perpassam o caráter patriarcal das instituições, os padrões culturais e de socialização das mulheres que caracterizam o âmbito político como masculino, além dos constrangimentos estruturais (MIGUEL, BIROLI, 2010; SILVEIRA, 2019). Para driblar essas dificuldades, foi instituída a obrigatoriedade do cumprimento da cota de gênero em 2009. Apesar desse incentivo à participação, as dificuldades ultrapassam a candidatura, que começa pelo recrutamento dos partidos. É preciso ter competitividade e, embora a Lei das Cotas seja relevante para o processo de inserção das mulheres na política, ela não garante a eleição destas porque esse processo torna-se longo e envolve outras variáveis, tal como o espaço nos partidos e o financiamento.

Esses problemas que dificultam a inserção das mulheres na macropolítica por meio de cargos eletivos, embora pareçam superados quando as candidatas finalmente se encontram em posições competitivas — ou ainda, quando se elegem —, seguem presentes nas disputas eleitorais e, posteriormente, no

5 As regras de conduta e governança propostas pelo Twitter (agora, X), podem ser encontradas aqui: <<https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/x-rules>>. No caso do discurso violento em específico, as “Política[s] de Discurso Violento” preveem que os usuários não podem “ameaçar, incitar, exaltar ou expressar desejo por violência ou danos”. No entanto, a rede autoriza “certos casos de figuras de linguagem, sátira ou expressão artística quando o contexto estiver expressando um ponto de vista, e não instigando violência ou danos”.

mandato. Estudos recentes mostram que as parlamentares sofrem violência de gênero dentro do próprio parlamento brasileiro. Barros e Busanello (2019) identificaram 15 tipos de machismos discursivos sofridos pelas deputadas em comissões e sessões da Câmara dos Deputados. Pinho (2020), por outro lado, buscou compreender o papel do Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados diante das denúncias de violências dessa natureza. Krooks e Sanín (2020) identificaram cinco tipologias para caracterizar as diferentes formas de violência política de gênero, tendo como alvo a mulher: a física, psicológica, sexual, econômica e semiótica. Tomando como um dos exemplos o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, as autoras sugerem que o processo esteve marcado por componentes de violência psicológica, sexual e semiótica.

No campo da comunicação, no Brasil, as pesquisas que envolvem comunicação e gênero se concentram no jornalismo e cinema, analisando conteúdos dos jornais impressos ou da produção audiovisual (TAVARES *et alii*, 2021). Já as investigações que se dedicam à tríade mídia, política e gênero (SARMENTO, 2018) são minoria, e normalmente estão centradas na comunicação de campanha televisiva de candidatas a cargos majoritários (PANKE, IASULAITIS, 2016; PANKE, 2016; MASSUCHIN, TAVARES, 2022) e proporcionais (CERVI, 2011; TAVARES, MASSUCHIN, 2021), além da cobertura que veículos jornalísticos fazem dessas candidaturas (SARMENTO, 2013).

Do ponto de vista do mandato, as pesquisas mais recentes se concentram sobretudo no processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), abordando a dimensão do gênero no processo e na cobertura midiática (BIROLI, 2018; LEITÃO, 2018; PRUDÊNCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2018; MORITZ, RITA, 2020). Stocker e Dalmaso (2016) buscaram mapear os comentários ofensivos de leitores direcionados à ex-presidenta Dilma Rousseff para analisar os sentidos relacionados ao preconceito de gênero em duas publicações da *Folha de S. Paulo* no Facebook. No entanto, são poucos aqueles que observam a conversação política nas redes com foco nas mulheres que integram a arena política brasileira, para além do espaço institucionalizado de uma página jornalística.

Além dos obstáculos já conhecidos, há outros especificamente criados pelo contexto da mídia social *online*. As plataformas de mídia social têm se mostrado ambientes propícios para a criação de bolhas, câmaras de eco e ampliação e aprofundamento da polarização e radicalização política (GRUZD, MAI, 2020;

RECUERO, SOARES, ZAGO, 2021), o que é considerado negativo do ponto de vista democrático. Em particular, mulheres, sejam elas candidatas ou já ocupantes de um cargo público, têm sido frequentemente atacadas, como mencionamos anteriormente — os ataques divergem daqueles que têm como alvo candidatos/políticos homens (REVISTA AZMINA, 2021), e a quantidade tende a variar de acordo com o espectro político ao qual a mulher pertence (SABBATINI *et alii*, 2023).

Sabbatini *et alii* (2023) investigaram a violência política de gênero destinada às parlamentares brasileiras em quatro plataformas e observaram que o Twitter apresentou a maior quantidade de conteúdo violento — 24% de mensagens foram enquadradas pelas autoras e autores como violência discursiva. Insultos, invalidação e crítica foram os tipos de ofensividade mais identificados, e a principal motivação para os ataques foi o posicionamento ideológico. Nessa linha, o relatório aponta que parlamentares mulheres de esquerda foram duas vezes mais atacadas que as de direita (SABBATINI *et alii*, 2023).

É possível dizer que existe um consenso na literatura de que a violência contra mulheres na política é um problema estrutural encontrado em diversos países e adiciona uma camada a mais de dificuldades para que essa parcela da população entre e/ou continue na vida pública. Apesar da baixa participação feminina em espaços políticos, Scheidweiler, Oliveira e Sousa (2023) identificaram que as mulheres eleitas são as que mais aprovam leis e as que mais propõem ações relativas aos direitos humanos, quando comparadas aos homens⁶. Portanto, é importante identificar os obstáculos que se apresentam para essas pessoas e pensar maneiras de dirimi-los. E nos parece que a violência política dissipada pelas plataformas de mídia social é um problema que ganha importância nesse sentido.

Metodologia

O objetivo deste trabalho é discutir o papel das plataformas na violência de gênero, com base no viés da toxicidade, contra mulheres que estão no legislativo federal. Para tanto, buscamos analisar, como mencionado: (1) quais discursos emergem tendo como alvo as deputadas federais brasileiras (com mandatos entre 2019-2022) e seus possíveis efeitos; (2) e se há diferenças

6 No entanto, reconhecemos que o problema perpassa não apenas no número de eleitas, mas também na sua identificação ideológica e no compromisso com o avanço dos direitos das mulheres. Não queremos, aqui, traçar uma relação de causa e efeito em dizer que mais mulheres eleitas representam, necessariamente, maior representatividade e avanço das pautas progressistas.

entre discursos tóxicos dirigidos às deputadas nos diferentes lados do espectro político-partidário, já que estudos anteriores identificaram que parlamentares de esquerda são mais atacadas do que as da direita. Para realizar esta discussão, escolhemos o Twitter como plataforma-objeto. A escolha se deu, primeiro, pela facilidade da coleta de dados completos; segundo por causa do uso da plataforma pelas deputadas como um espaço público de contato com o eleitor; e, terceiro, porque permite observar conversações de modo mais completo. Para estruturar esta análise, optamos por uma abordagem de métodos mistos, com aspectos quantitativos e qualitativos que serão discutidos a seguir.

Coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio da API do Twitter e do Social Feed Manager (PROM, 2017). Para a coleta, selecionamos as contas oficiais (@s) de todas as deputadas federais com mandato vigente que utilizavam a ferramenta e cuja conta estava aberta, totalizando 64 das 77 deputadas existentes em 2022. Foram coletados dados de conversações públicas que mencionavam, respondiam ou retuitavam as deputadas em questão por meio de suas @s. Os dados foram coletados na primeira semana de junho de 2022 e abrangeram *tweets* publicados entre maio e junho do mesmo ano, em um total de 500.232 postagens. A escolha por esta forma de coleta deu-se no sentido da busca pelos discursos violentos em relação ao todo, sem uma busca especificamente direcionada, de modo a possibilitar o achado da violência não como caso fortuito, mas como presença no todo.

Espectro político

Para a análise, utilizamos a classificação do espectro político-partidário brasileiro de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2021). Neste trabalho, os autores propõem uma distribuição dos partidos nos espectros de direita, esquerda e centro por meio de posicionamentos e ações políticas atualizadas. Essa classificação, assim, serviu de base para que as deputadas fossem agrupadas dentro de espectros políticos diferentes, de modo a auxiliar a análise das conversações. O quadro a seguir traz as contas das deputadas federais de acordo com o seu posicionamento político-partidário:

	Direita	Centro	Esquerda
Contas	@alesilva_38 @dep_alinegurgel @AlineSleutjes @Biakicis @CarlaZambelli38 @CarolDeToni @celinaleao @ToniettoChris @dep_clarissa @DraManato @Zambelli2210 @FlaviaArrudaDF @greyceelias OR @laurietecantora @LizianeBayer @MofattoMagda @majorfabianadep @DepRosanaValle @rosangelasgomes @sorayasantos @TerezaCrisMS @ChristianeYared @terezanelmaal @DepSheridan @rosemolestoms @profdorinha @deppimentel @KatiaSastre @mariariosassp @MargaretCoelho @LedaSadala @joicehasselmann @geovaniadesa @jqcassol @DeputadaAngela @Vandamilani1	@joeniatic @MariliaArraes @paulambelmonte @Leandre4300 @DanielaWaguinho @carmen_zanotto @luisa_canziani	@Alice_Portugal @aureacarolinax @dasilvabenedita @erikakokay @Danieladapsol @gleisi @jandira_feghali @luizaerundina @LuizianneLinsPT @mariadorosario @natbonavides @perpetua_acre @profmarcivania @prof_rosaneide @samiabomfim @silviacristinax @taliriapetrone @vivireispsol @tabataamaralasp @rejane_dias @lidicedamata @depflaviamorai
Total contas	35	7	22
Total de tweets	331.758	1.938	166.536

Quadro 1. Candidatas e Partidos por espectro político (*seeds*).
Fonte: Elaboração própria com dados coletados do Twitter (2022)

O quadro já evidencia a diferença entre as deputadas. As de partidos de direita são as que mais têm contas ativas (35), seguidas das de esquerda (22), e concentram a maioria dos *tweets* coletados nesta pesquisa. Há uma média de 9.478 publicações para cada deputada da direita e 7.569 para as da esquerda. Já as deputadas de centro representam um pequeno percentual do *corpus*, com uma média de 276 *tweets* cada uma. A seguir, apresentamos os métodos empregados na análise.

Métodos de análise

Com base no conjunto de dados, procedemos a uma análise dupla. Primeiramente utilizamos a Análise de Conceitos Conectados (LINDGREEN, 2016), que prevê uma articulação quali-quantitativa de uma análise de co-ocorrência de conceitos, buscando (1) classificar palavras comuns em grupos conceituais; e (2) analisar as co-ocorrências desses conceitos nas mesmas unidades de sentido (no nosso caso, nos *tweets*). Neste processo, foram

utilizados *softwares* de contagem de ocorrências e co-ocorrências, bem como agregação dos termos parecidos e empregados em contextos semelhantes, buscando preservar ao máximo o léxico original. Assim, em cada unidade (*tweet*) foram analisados quais conceitos mais ocorriam juntos. Para isso, foram selecionados somente os que continham algum tipo de violência contra as candidatas, notadamente elementos de qualificação, e aqueles mais citados em 50% de cada *dataset* (deputadas de direita, deputadas de esquerda e deputadas de centro). Com isso, foram classificados conceitos com uma presença de até 20 repetições no *dataset* da direita e da esquerda. Para a delimitação da violência contida nos conceitos, foi realizada uma análise qualitativa, com base na observação dos *tweets* que continham cada elemento identificado no quantitativo.

Após esse processo, utilizamos grafos para a visualização das redes de conceitos conectados. Nessa visualização, utilizamos elementos da Análise de Redes Sociais (ARS) (WASSERMAN, FAUST, 1994) para analisar elementos como: (1) prevalência de conceitos na conversação em geral; (2) conceitos mais conectados na conversação em geral; e (3) conceitos e grupos de conceitos relacionados à toxicidade discursiva. Cada rede é construída com base em conceitos como nós e na sua co-ocorrência como conexão. No caso, foram usadas métricas como grau (quantidade de conexões recebidas por conceito, indicando a sua prevalência nos *tweets* e no grupo de conceitos) e modularidade (conceitos que tendem a aparecer juntos, como grupos conceituais). Para esta discussão, levamos também em conta o número de replicações de cada *tweet*. A replicação dos discursos é também um modo de validação, legitimação e de ganho de visibilidade para o que é dito (RECUERO, 2020). A escolha das métricas de análise de redes para elementos discursivos é comum na literatura, tendo sido utilizada por autores como Lindgreen (2016), entre outros.

Com base nessa análise foram observados os conteúdos que continham os grupos conceituais e elaboradas as categorias de violência e elementos de toxicidade do conjunto de dados. Em seguida, debatemos quais delas eram mais prevalentes nos diferentes espectros políticos (direita, esquerda e centro) e se haviam diferenças. Os resultados são apresentados a seguir.

Apresentação e análise dos resultados

Como mencionado, a quantidade de *tweets* direcionados às deputadas do centro representa um percentual muito pequeno do *corpus* do trabalho.

Tipo de Discurso	Conduta Moral	Capacidade cognitiva	Relacionado ao Corpo	Orientação partidária e capacidade política	Submissão	Compara-ção
Conceitos associados	oportunista imoral safada falsa cretina criminosa bandida mentirosa vergonha invejosa vigarista nojenta hipócrita corrupta desprezada	louca doente burra trouxa imbecil Carlinha	Peppa Zambeta Senhora Carlota mulher	Direitalha Militante Incompe- tente	fetiche Puxa-saco corja Chupa	Merda Câncer
Total de conceitos	15	6	5	3	4	2
Frequência total	289	104	97	36	68	43

Quadro 2. Categorização dos discursos dirigidos às deputadas de direita.
Fonte: autoras (2022)

Neste caso, observamos que conceitos relacionados a discursos violentos com foco na conduta moral das candidatas foram aqueles mais presentes, não apenas em número, mas também em frequência (45,3%). Esses conceitos estão relacionados à desqualificação da conduta por ser julgada moralmente reprimível. A segunda categoria mais frequente foi a dos conceitos relacionados à capacidade cognitiva das deputadas. Nesse cenário, as críticas estão relacionadas à desqualificação da inteligência das mulheres. A terceira categoria é a do uso de elementos de submissão. Nesse contexto, os conceitos estão relacionados à ideia de que as mulheres são parte de um grupo ou se submetem a uma conduta específica (por exemplo, *chupa*, indicando um ato sexual em que há submissão; *puxa-saco*, trazendo elementos de submissão e parte de grupo). A quarta categoria é a da desqualificação pelo corpo e está principalmente relacionada a apelidos que julgam o corpo dessas mulheres. Um exemplo bem específico é a comparação da deputada Joice Hasselmann com a personagem *Peppa Pig*, numa alusão às formas arredondadas desta última. Finalmente, encontramos ainda a categoria de injúria ou xingamento por comparação a objetos negativos (como *merda*) e a desqualificação por conta da orientação partidária (por exemplo, *direitalha*).

Entre os agrupamentos discursivos, vemos dois grandes grupos, um verde e um rosa. No grupo rosa, há um conjunto de deputadas presentes, com

período, o discurso violento parece ser direcionado de modo mais geral às deputadas alinhadas com a esquerda, pois, ao contrário da direita, há uma distribuição maior da presença de várias deputadas nesses *tweets*.

Com relação aos discursos que buscam desqualificar as deputadas, identificamos os seguintes conceitos associados:

Tipo de Discurso	Conduta Moral	Capacidade cognitiva	Relacionado ao Corpo	Orientação partidária e capacidade política	Submissão	Comparaçã
Conceitos associados	amante asquerosa bandida canalha criminosa desprezível hipócrita invejosa mentirosa ridícula vagabunda vergonha	louca burra desesperada doída ensandecida piada	moça mulher narizinho senhora	Comunista Esquerdalha Esquerdista inimiga militante petista petralha	pilantras chupa curral	praga bosta
Total de conceitos	12	5	4	8	3	2
Frequência total	347	96	90	204	61	42

Quadro 3. Categorização dos discursos dirigidos às deputadas de esquerda.
Fonte: autoras (2022)

Nestes dados, observamos também que o modo de violência mais utilizado para desqualificar as candidatas é associado à desqualificação de sua conduta moral (41,3%). Além dele, a associação à esquerda (24,2%) também foi outra categoria muito presente. O uso de desqualificação relacionada à capacidade cognitiva e ao corpo são as próximas categorias mais frequentes. Posteriormente, vemos a submissão e a comparação com objetos.

Entre as principais diferenças dos dados da direita, vemos que: (1) há uma maior distribuição da desqualificação por todas as categorias, embora a conduta moral continue como a principal; (2) a orientação partidária é um dos grandes elementos para a desqualificação, diferentemente da direita, em que a capacidade cognitiva é a segunda categoria. Outro ponto relevante foi o uso de apelidos relacionados à aparência física das deputadas, com conotações negativas, do mesmo modo que acontece na direita (por exemplo, a deputada Gleisi Hoffmann é chamada de *Narizinho*, primeiramente numa alusão ao corpo, mas conectada com a pecha de mentirosa). Há ainda

outros elementos utilizados com sentido derogatório, como *moça*, infantilizando a linguagem para com as deputadas, ou *senhora* ironizando a idade ou como tratamento irônico.

Quanto às redes analisadas, uma das narrativas centrais está na desqualificação da deputada Gleisi Hoffmann por ser *amante* do presidente Lula, numa crítica moral; e à deputada Jandira Feghalli por ser *louca*. De um modo geral, principalmente pelas fortes críticas alinhadas ao espectro político, a violência, neste caso, provinha principalmente de pessoas alinhadas com a direita.

Análise

Primeiramente, é importante observar como as plataformas proporcionam a circulação de discursos violentos contra as deputadas analisadas. A criação de apelidos derogatórios, que se espalham rapidamente e são reconstruídos simbolicamente pela audiência, é um exemplo disso. É o caso do uso do apelido *Peppa Pig* para criticar o corpo da deputada Joice Hasselmann, como mencionado anteriormente; *Carlinha*, para a deputada Carla Zambelli; ou o uso de categorias como *amante*, para a deputada Gleisi Hoffmann. São termos que apenas constroem o seu sentido violento em um contexto simbólico específico de dominação e reprodução discursiva (TIRRELL, 2017; KROOKS, SANÍN, 2020). Em outras palavras, esses termos, soltos, não traduzem, necessariamente, uma violência. Essa é uma das principais diferenças que argumentamos existir entre conteúdos que têm algum tipo de violência política de gênero — como os identificados por Sabbatini *et alii*, 2023 e pelo relatório MonitorA, 2021 —, e aqueles que, além disso, apresentam características da toxicidade.

O sentido derogatório é construído coletivamente, pelas audiências, quando retuítam, legitimam e reproduzem esse sentido em seus conteúdos. São violências construídas na plataformização, que privilegia a reprodução de falas que reconstróem relações de dominação pelo humor (VOLCAN, 2014; RECUERO, SOARES, 2013). Neste sentido, a infraestrutura técnica das plataformas é um elemento essencial para a circulação desses discursos (POELL, NIEBORG, VAN DJICK, 2019), bem como a lógica de circulação baseada na visibilidade dada pela audiência. Esses discursos, assim, permanecem circulando por vários dias, semanas e meses porque há a possibilidade de recuperação de seu contexto pela plataforma, quando da reprodução (retuíte, por exemplo) privilegiada pelos algoritmos. Essa dimensão da recuperação

contextual, da legitimação algorítmica e da perene circulação dos discursos violentos pela audiência é uma dimensão essencial da toxicidade dos discursos.

Outro ponto relevante é a violência não explícita de vários dos discursos observados. Embora alguns dos conceitos sejam claramente derogatórios, em muitos outros a violência não é imediatamente óbvia. Um exemplo é o uso do termo *mulher* para desclassificar a atuação das deputadas como se sua identificação de gênero fosse a causa de uma atuação parlamentar condenável. Exemplos típicos são comentários que associam a ação ao gênero, como “só podia ser mulher para ter feito isso”, ou “tal coisa é coisa de mulher”. Essas são categorias típicas da violência simbólica (BOURDIEU, 1991), uma vez que evidenciam relações de dominação de gênero nem sempre explícitas na sociedade.

Também é importante observar que as categorias mais comuns de *tweets* com violência encontradas nos dados estão igualmente relacionadas à violência estrutural sofrida pelas mulheres, como críticas à conduta moral, submissão e críticas ao corpo. São constructos que traduzem fortemente o caráter patriarcal da política brasileira, traduzindo e legitimando obstáculos estruturais para a participação das mulheres (MIGUEL, BIROLI, 2010; SILVEIRA, 2019). Eles estão fortemente relacionados à dominação simbólica e ao uso da linguagem como reforço dessa dominação (BOURDIEU, 1991). Já outras categorias, como violências relacionadas à orientação partidária, estão diretamente relacionadas com efeitos da plataformização, como a construção de câmaras de eco (RECUERO, SOARES, ZAGO, 2021) e um contexto de polarização política extrema. Esses contextos oferecem também força à violência simbólica construída nesses espaços, que termina por silenciar e reduzir a participação das mulheres na esfera pública política.

Com base em nossa análise, identificamos *dois grandes grupos de discursos tóxicos*, um relacionado exclusivamente à figura da mulher, ou seja, à violência de gênero, e outro em relação ao grupo político do qual faz parte, ou seja, ataques de cunho político-partidário. Os ataques relacionados à filiação política foram muito mais comuns para as deputadas da esquerda (24,2%) do que para as deputadas da direita (5,6%), corroborando os achados de Sabbatini *et alii* (2023). Neste contexto, observamos que as deputadas da esquerda sofrem mais com a violência discursiva de cunho partidário do que as de direita, embora ambas sofram de forma quase uniforme os ataques relacionados ao gênero. Esses dois elementos delimitam um padrão,

associado à toxicidade, de violência discursiva proporcionada e legitimada pelas plataformas de mídia social.

Conclusão

Neste trabalho, buscamos discutir duas questões fundamentais relacionadas aos discursos violentos focados em mulheres ocupantes de cargos políticos, notadamente, os tipos de discurso e as diferenças possíveis com relação aos lados do espectro político. Nossos resultados mostram que a maioria dos ataques recebidos está relacionada à violência de gênero, com um expressivo número de conceitos derogatórios associados ao contexto do *tweet* em que foram compartilhados. Nesses casos, há uma importância fundamental na infraestrutura das plataformas, que permitem que esses ataques sejam construídos e legitimados. Observamos assim dois grandes grupos de discursos tóxicos associados às mulheres na política: a violência discursiva relacionada ao gênero (condição feminina) e a violência discursiva associada à filiação política (violência político-partidária). Finalmente, quanto às diferenças entre esquerda e direita, observamos que as deputadas da esquerda sofrem mais violência do tipo político-partidário relacionado ao gênero do que as de direita.

Este estudo buscou contribuir com a discussão a respeito da violência política discursiva de gênero e o papel das plataformas na legitimação dos discursos violentos. No entanto, reconhecemos suas limitações. Primeiro, acreditamos ser necessária a construção de uma definição conceitual mais robusta sobre a toxicidade. Outro ponto é que, neste trabalho, observamos apenas a violência que tinha como alvo as mulheres — e conseqüentemente os atos discursivos e de sentido relacionados a elas —, sem considerar possíveis interseccionalidades como raça, orientação sexual e região/estados que essas pessoas representam. Estudos futuros poderão aprofundar essas temáticas trazendo ainda outras problematizações relacionadas à questão da toxicidade nas plataformas.

Camilla Quesada Tavares é professora adjunta da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Imperatriz) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do grupo

de pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS) e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI). É editora-chefe da Revista *Contracampo* (PPGCOM/UFF).

camilla.tavares@ufma.com

Raquel Recuero é professora adjunta da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Comunicação pela UFRGS. É coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais (MIDIARS) e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI).

raquelrecuero@gmail.com

Contribuições de cada autora: Camilla Tavares - supervisão e gestão do Projeto de Pesquisa, fundamentação teórica e conceituação, escrita, revisão e edição, investigação de campo, análise formal do corpus, obtenção de financiamento, gestão de recursos. Raquel Recuero - supervisão e gestão do Projeto de Pesquisa, fundamentação teórica e conceituação, escrita, revisão e edição, investigação de campo, metodologia, análise formal do corpus, obtenção de financiamento, gestão de recursos, gestão de software, construção de figuras e tabelas.

Referências

ARAÚJO, C.; ALVES, J. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.

AROYO, L.; *et alii*. Crowdsourcing subjective tasks: the case study of understanding toxicity in online discussions. *In: International World Wide Web Conference Committee*, p. 1100-1105, 2019. DOI: Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/3308560.3317083>>. Acesso em: 29 set. 2023.

BARROS, A.; BUSANELLO, E. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-15,

2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/xYh6dxnNQ6LV9M9DC976tDg/?lan=pt>>. Acesso em: 12 out. 2023.

BEARD, M. **Mulheres e Poder**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 3, p. 719-681, 2016. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1590/00115258201690>>. Acesso em: 29 set. 2023.

_____. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Orgs). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EdUFBA, 2018. p. 75-84.

BOLOGNESI, B; RIBEIRO, E; CODATO, A. A new ideological classification of the Brazilian political parties. **SciELO Preprints**, 2021.

BOYD, d. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Z. (ed.). **Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites**, 2010, p. 39-58.

BOURDIEU, P. **Language and Symbolic Power**. Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

BRASIL. Lei n. 14.192, de 4 de agosto de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 ago. 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm>. Acesso em: 29 set. 2023.

CALVERT, C. Hate speech and its harms: a communication theory perspective. **Journal of Communication**, v. 47, n. 1, p. 4-19, 1997.

CASTAÑO-PULGARÍN, S.; *et alii*. Internet, social media and online hate speech. Systematic review. **Aggression and Violent Behavior**, v. 58, p. 1-7, 2021. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101608>>. Acesso em: 29 set. 2023.

CERVI, E. U. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 106-136, 2011.

D'ANDREA, C. F. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FERREIRA, D.; RODRIGUES, C.; CUNHA, S. **Relatório de violência política contra a mulher**. Brasília: Transparência eleitoral Brasil, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/12/relatorio-de-violencia-politica-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2023.

FISCHER, R. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, 2001.

FORTUNA, P.; SOLER-COMPANY, J.; WANNER, L. How well do hate speech, toxicity, abusive and offensive language classification models generalize across datasets? **Information Processing and Management**, n. 58, p. 2-17, 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRUZD, A.; MAI, P. Going viral: How a single tweet spawned a COVID-19 conspiracy theory on Twitter. **Big Data e Society**, v. 7, n. 2, p. 1-9, 2020.

KROOKS; M. L.; SANÍN, J. R. The Cost of Doing Politics? Analyzing Violence and Harassment against Female Politicians. **Perspectives on Politics**, v. 18, n. 3, p. 740-755, 2020.

LEITÃO, C. Imaginário, mulher e poder no Brasil: reflexões acerca do impeachment de Dilma Rousseff. In: RUBIM, L.; ARGOLLO, F. (Orgs). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EdUFBA, 2018. p. 51-64.

LINDGREEN, S. Introducing Connected Concept Analysis: A network approach to big text datasets. **Text & Talk**, v. 36, n. 3, p. 341-362, 2016. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1515/text-2016-0016>>. Acesso em: 29 set. 2023.

MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. Gênero na propaganda eleitoral: as candidatas dos pleitos majoritários de 2018 e o discurso protagonizado no Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 39, p. 1-39, 2022.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-30.

_____; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010.

MORITZ, M.; RITA, M. Mídia impressa e gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. **Intercom**, v. 43, n. 2, p. 203-223, 2020. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1590/1809-58442020211>>. Acesso em: 29 set. 2023.

OMILUSI, M. Da hibernação conveniente ao desespero circunstancial: discurso de ódio, comunicação político partidária e as eleições gerais de 2015 na Nigéria. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 2, n. 4, p.164-188, 2017.

PANKE, L. **Campanhas eleitorais para as mulheres: desafios e tendências**. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

_____; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p.385-417, 2016.

PAVLOPOULOS, J.; *et alii*. Toxicity Detection: Does Context Really Matter? **ArXiv**, p. 4296-4305, 2020. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/2006.00998>>. Acesso em: 29 set. 2023.

PAZ, M. A.; MONTERO-DÍAZ, J. MORENO-DELGADO, A. Hate Speech: A Systematized Review. **Sage Open**, p. 1-12, 2020. Disponível em: DOI: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244020973022>>. Acesso em: 29 set. 2023.

PINHO, T. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 1-14, 2020. Disponível em: DOI: <[10.1590/1806-9584-2020v28n267271](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271)>. Acesso em: 29 set. 2023.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, p. 1-13, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.14763/2019.4.1425>>. Acesso em: 29 set. 2023.

PROM, C. Tool Report: Social Feed Manager. **MAC Newsletter**, v. 45, n. 2, p. 21-25, 2017.

PRUDÊNCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff. **Revista Contracampo**, v. 37, n. 2, p. 8-36, 2018.

RANEY, T.; COLLIER, C. Privilege and Gendered Violence in the Canadian and British Houses of Commons: A Feminist Institutional Analysis. **Parliamentary Affairs**, n. 75, p. 382-399, 2022.

RECUERO, R. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1590/1984-6398202014635>>. Acesso em: 29 set. 2023.

_____; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. **Galáxia**, n. 26, p. 239-254, 2013.

_____; _____. ZAGO, G. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Revista Contracampo**, v. 40, n. 1, p. 1-17, 2021. Disponível em: DOI: <<http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.45611>>. Acesso em: 29 set. 2023.

REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. **MonitorA**: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo, 2021.

ROSSINI, P. Toxic for Whom? Examining the Targets of Uncivil and Intolerant Discourse in Online Political Talk. In: MOY, P.; MATHELSON, D. (eds.). **Voices**: Exploring the shifting contours of Communication. New York: Peter Lang, 2019. p. 1-21.

SABBATINI, L.; *et alii*. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais**. Niterói: coLAB/UFF, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab). Disponível em: DOI: <[10.56465/ddoslab.2023.002](https://doi.org/10.56465/ddoslab.2023.002)>. Acesso em: 29 set. 2023.

SARMENTO, R. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. **Ação Midiática**, v. 2, n. 5, p. 1-15, 2013.

_____. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 87, p. 181-202, 2018.

SCHABBACH, L. M. A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil. **Opinião Pública**, v. 26, n. 2, p. 323-350, 2020. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912020262323>>. Acesso em: 29 set. 2023.

SCHEIDWEILER, G.; OLIVEIRA, A. C. S.; SOUSA, J. Mulheres Parlamentares e Representação Substantiva no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, p. 1-15, 2023.

SILVA, L.; FRANCISCO, R.; SAMPAIO, R. Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. **Galáxia**, n. 46, p. 1-26, 2021. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1590/1982-2553202151831>>. Acesso em: 29 set. 2023.

SILVEIRA, M. Democracia de gênero e seus desafios: como as ações afirmativas para participação feminina na política devem ser aprimoradas. **Rev. Fac. Direito UFMG**, n. 75, p. 323-348, 2019. Disponível em: DOI: <10.12818/P.0304-2340.2019v75p323>. Acesso em: 29 set. 2023.

SPOHR, A.; *et alii*. Participação política de mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 417-441, 2016.

SPONHOLZ, L. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências**, v. 22, n. 3, p. 220-243, 2020.

STOCKER, P.; DALMASO, S. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 679-690, 2016.

TAVARES, C. Q.; MASSUCHIN, M. G. Mulheres nas disputas proporcionais: as candidatas a deputada federal do Paraná na propaganda eleitoral televisiva de 2014. *In*: MIGUEL, L. F. (Org.). **Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. 1ed. Porto Alegre: Zouk, 2021, p. 333-350.

TAVARES, C. Q.; *et alii*. Comunicação e Gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. **Intercom**, v. 44, p. 83-101, 2021.

TIRRELL, L. Toxic Speech: Toward an Epidemiology of Discursive Harm. **Philosophy of Language**, v. 45, n. 2, p. 139-162, 2017.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity**. New York: Oxford Press, 2013.

VOLCAN, T. **O papel do humor no discurso político: uma análise dos perfis Dilma Bolada e Dilma Rousseff no Facebook**. 2014. 219f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2014.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social networks analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WULCZYN, E.; THAIN, N.; DIXON, L. Ex Machina: Personal attacks seen at scale. *In*: **International World Wide Web Conference Committee**, p. 1391-1399, 2017. Disponível em: DOI: <<http://dx.doi.org/10.1145/3038912.305259>>. Acesso em: 29 set. 2023.

Artigo recebido em 22/05/2023 e aprovado em 25/09/2023.